sentarem os documentos referidos nas alíneas b) e c) do n.º 13 do aviso de abertura:

Nelson Santos Monteiro E Maria Elisabete Gonçalves Araújo.

c) Por não mencionar os requisitos gerais de admissão e não entregar os documentos comprovativos dos mesmos e por não apresentar os documentos referido na alínea c) do ponto 13 do aviso de abertura:

Raquel Margarida Gonçalves Morais.

d) Por não mencionar os requisitos gerais de admissão e não entregar os documentos comprovativos dos mesmos e por não apresentar requerimento de candidatura:

Sérgio Lopes Rebola.

e) Por não mencionar os requisitos gerais de admissão e não entregar os documentos comprovativos dos mesmos; por não apresentar os documentos referidos nas alíneas b) e c) do n.º 13 do aviso de abertura e por ter entregue a candidatura fora de prazo:

Susana Cristina Machado Portela.

f) Por não terem entregue documento comprovativo de habilitações literárias:

Ana Carina Silva Freitas, Ana Catarina Folgado Tonel Figueira, Ana Teresa Sequeira Prehaz, António José Fontinha Vasconcelos, Célia Faria Monteiro, Célia Marina Medeiros Jorge Barroso, Chelin Sirajali Ramjane, Dácia Maria Peixoto Ribeiro, Gabriel António Bianchi Fernandes Carvalho, Graça Maria Sousa Nunes, Helder Filipe Ribeiro Galo e Vítor José Cristina Venâncio.

g) Por não possuírem as habilitações literárias legalmente exigidas para desempenho do cargo concursado nos termos do aviso de abertura:

Ana Carla Martins Garcia, Ana Isabel Pedro Salgueiro, Ana Isabel Santos Olaia, Ana Margarida Vieira Gomes, Anabela Silvestre Pereira, André Carvalho Pereira Pinto, Andreia Paula Santos Fernandes, Anunciação Velinda Sacato Calandula, Celeste Duarte Teixeira Magalhães, Cláudia Fátima Freire Vieira, Délio Manuel Fialho Rosa, Edalberto Tomás Macau Fitas Figueiredo, Elsa Ramos Oliveira Diogo Candeias, Filipe Alexandre Pires Alberto, Francisco José Carmo Mendes Valente, Frederico Miguel Ribeiro Carvalho Massapina, Hugo Manuel Dias Santos, Hugo Miguel Nunes Mateus, Ilda Rosário Lopes Guerra, João Tiago Correia Mendes Campos Tavares, Jorge Manuel Ferreira Mendes, Marco Sílvio André Jacinto, Maria Inês Oliveira Matos Gomes Araújo Rodrigues, Mário Jorge Faria Santos Araújo, Milena Isabel Costa Figueira, Natália Céu Pires Afonso, Nuno Alexandre Pires Sequeira, Paulo Jorge Delgado Chaveiro, Pedro Rafael Sousa Correia, Renato Ferreira Purificação, Sílvia Isabel Seixas Lopes Roleira Marinho, Sónia Alexandra Felício Ribeiro, Susana Cristina Emídio Cardoso, Susana Paula Rodrigues Moreira, Teresa Alexandra Santos Guimarães e Zulmira Maria Antunes Neves.

h) Por terem entregue a candidatura fora de prazo:

Pedro Santos Romão Piques Serpa e Susana Daniela Freire Pires.

i) Por não ter entregue o certificado de habilitações como foi solicitado em sede de audiência prévia:

João Pedro Canal Madeira.

Nos termos da alínea b) do n.º 2 do artigo 34.º, aplicado por remissão do n.º 2 do artigo 35.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, convocam-se os candidatos admitidos, ao concurso mencionado em epígrafe, para a realização da prova de conhecimentos teóricos, que terá lugar no dia 24 de Novembro de 2007, pelas 10 horas, na Escola EB 2,3 Luís Sttau Monteiro, sita na Rua de Guilherme Henrique Soromenho, em Loures (junto aos bombeiros voluntários).

15 de Outubro de 2007. — Por subdelegação de competências do Vereador dos Recursos Humanos, a Directora do Departamento, (Assinatura ilegível.)

CÂMARA MUNICIPAL DE LOUSADA

Aviso n.º 21 011/2007

Para os efeitos do disposto no artigo 27.º e nos termos do n.º 3 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 177/2001, de 4 de Junho, torna-se público que, após um período de 8 dias úteis, a contar da data da publicação do presente aviso, é aberto um período de

discussão pública durante 15 dias úteis, que objectiva o pedido de alteração ao lote 5, titulado pelo alvará de loteamento n.º 6/00, concedido a Alfredo José Nogueira Alves, e formulado por LOUSA-BOIM — Compra e Venda de Bens Imobiliários, L.ª, proprietária do referido lote.

Para tanto, se informa que o processo pertinente pode ser consultado nos dias úteis, durante as horas normais de expediente.

15 de Outubro de 2007. — O Vereador do Pelouro de Urbanismo, com competência delegada, *Pedro Machado*.

2611057670

CÂMARA MUNICIPAL DE MANGUALDE

Aviso n.º 21 012/2007

Concurso interno de acesso geral para um lugar na categoria de técnico superior de 1.ª classe — Administração regional e autárquica

Para os devidos efeitos se torna público que, por meu despacho de 15 de Outubro de 2007, usando da competência que me confere a alínea a) do n.º 2 do artigo 68.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, se encontra aberto, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 32.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 238/99, de 25 de Junho, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da publicação do presente aviso no *Diário da República*, concurso interno de acesso geral para provimento de um lugar na categoria de técnico superior de 1.ª classe, da carreira de técnico superior, administração regional e autárquica, do quadro de pessoal da Câmara Municipal de Mangualde.

1 — Serviço para o qual é aberto o concurso — Divisão Administrativa (Secções de Expediente Geral — Empreitadas/Aquisições de Bens e Serviços, Apoio aos Órgãos Autárquicos, Sector de Selecção e Recrutamento de Pessoal e Sector de Arquivo).

2 — Local de prestação de trabalho — Paços do Município de Mangualde.

3 — O concurso é válido para a presente vaga.

4 — O concurso rege-se pelo Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 238/99, de 25 de Junho.

5 — A este concurso poderão candidatar-se funcionários que obedecem aos seguintes requisitos:

5.1 — Requisitos gerais — os constantes do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho;

5.2 — Requisitos especiais:

a) Os previstos no n.º 1, alínea c), do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, alterado pela Lei n.º 44/99, de 11 de Junho, adaptado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 412-A/98, de 30 de Dezembro, isto é, o recrutamento para a categoria de técnico superior de 1.ª classe faz-se de entre técnicos superiores de 2.ª classe com pelo menos três anos na respectiva categoria e classificação de serviço não inferior a *Bom*;

b) Licenciatura em Administração Regional e Autárquica.

6 — O vencimento respeitante àquela categoria é o previsto no anexo II do Decreto-Lei n.º 412-A/98, de 30 de Dezembro, que adaptou à administração local o Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 44/99, de 11 de Junho, observado, em cada caso, o disposto no artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 353-A/89, de 16 de Outubro, actualizado pela Portaria n.º 88-A/2007, de 18 de Janeiro, e as condições de trabalho e regalias sociais são as vigentes para os funcionários da administração local.

7 — O conteúdo funcional do cargo a prover é o descrito no Decreto-Lei n.º 248/85, de 15 de Julho.

8 — O local de trabalho será nos Paços do município de Mangualde.

9 — O júri do concurso terá a seguinte constituição:

Presidente — Dr.ª Sara Isabel Ferreira Coelho de Sousa Vermelho, vice-presidente da Câmara.

Vogais efectivos:

Dr. Orlando Augusto Duarte Fernandes, chefe de divisão Financeira, que substituirá o presidente na suas faltas ou impedimentos.

Dr.ª Maria João de Brito Marques da Fonseca, assessora.

Vogais suplentes:

Dr.ª Ana Sofia Silva Marques Vaz, técnica superior de 1.ª classe. Engenheiro António Agnelo Almeida Esteves de Figueiredo, vereador.

10 — Na selecção dos concorrentes serão utilizados isoladamente os seguintes métodos, sendo atribuído a cada um deles uma classificação de 0 a 20 valores:

a) Avaliação curricular (AC) — com carácter eliminatório (para os candidatos que obtiverem classificação inferior a 9,5 valores), visa